FARIAS BECKEDORFF PINTO. EMENTA: ICMS - ST. RECOLHIMENTO EFETUADO. 1. Restou comprovado pelo contribuinte que houve o recolhimento do ICMS/ST por GNRE de grande parte das mercadorias objeto do presente AINF, conforme os documentos anexos, tendo os valores sidos excluídos através de diligência fiscal. 2. Escorreita a decisão singular que julgou parcialmente procedente o crédito tributário, quando identificados e retirados os valores comprovadamente pagos das mercadorias que ensejaram este Auto de Infração. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 16/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 21/11/2023.

ACÓRDÃO N. 8917 - 2ª CPJ - RECURSO N. 20538 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012018510014021-0). CONSELHEIRO RELATOR: RICHARD FARIAS BECKEDORFF PINTO. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIA DO TIPO "ARROZ". INTEGRANTE DA CESTA BÁSICA. ARTIGOS 113 E 130 DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 4.676/01. 1. O Auto de Infração ora impugnado, foi constituído sob a alegação de que o contribuinte emitiu notas fiscais de mercadorias tributadas como "não tributadas". 2. A previsão do recolhimento antecipado da mercadoria do tipo "arroz", possui previsão legal no artigo 113, II, Anexo I, do RICMS/PA, por se tratar de alimento constante nos itens de cesta básica. 3. O Contribuinte demonstrou o recolhimento antecipado dos produtos, objeto da presente autuação fiscal, através das DAE'S do ano de 2014 anexas ao processo. 4. Em sede de diligência fiscal, intimada a se manifestar sobre as alegações, a Autoridade Fiscal relatou a infringência de norma tributária diversa ao que originou o Auto de Infração, o que ocasionaria um grave erro material de sua constituição. 5. Recurso conhecido e provido DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 21/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 21/11/2023.

ACÓRDÃO N. 8916 - 2ª CPJ - RECURSO N. 19276 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 182021510000057-8). CONSELHEIRO RELATOR: NELSON PAULO SIMÕES NASSER. EMENTA: ICMS. CRÉDITO INDEVIDO. CHEQUE MORADIA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. 1. A transferência de crédito do cheque moradia deve observar a previsão contida no art. 5º, §1º, I da Instrução Normativa nº 15/2015 quanto à necessidade de identificação correta e completa do sujeito passivo destinatário do crédito a ser transferido. 2. A falta de homologação da transferência de créditos decorrentes do programa cheque moradia torna inviável a utilização desses créditos pelo destinatário. 3. Deixar de recolher ICMS em decorrência da utilização indevida de crédito oriundo do cheque moradia configura infração à legislação tributária sujeita às cominações legais. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 07/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 16/11/2023.

ACÓRDÃO N. 8915 - 2ª CPJ - RECURSO N. 20630 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 122023510000025-2). CONSELHEIRO RELATOR: NELSON PAULO SIMÕES NASSER. EMENTA: ICMS. ERRO DE FATO. IMPROCEDÊNCIA DO LANÇAMENTO. 1. Deve ser julgado improcedente o Auto de Infração e Notificação Fiscal - AINF que descreve situação fática não demonstrada nos autos. 2. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 16/11/2023.

ACÓRDÃO N. 8914 - 2ª CPJ - RECURSO N. 20462 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172019510000236-6). CONSELHEIRO RELATOR: RICHARD FARIAS BECKEDORFF PINTO. EMENTA: ICMS. ST. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. ARTIGO 642 DO RICMS. INAPLICAÇÃO DO TEMA 456, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CONVÊNIO ICMS Nº 52/17. MERCADORIA "LÂMPADAS". 1. O Tema 456 do E. STF trata-se de antecipações tributárias, não havendo pertinência com os convênios de ICMS referente às substituições tributárias interestaduais, como é o caso do presente auto de infração. 2. Convênio ICMS Nº 52/17 prevê o recolhimento do ICMS/ST para a mercadoria do tipo "lâmpada", o qual foi comprovado pela Autoridade Fiscal o não recolhimento do imposto pelo contribuinte. 3. Correta a decisão singular que julgou procedente o crédito tributário quando identificada a falta de recolhimento do ICMS/ST. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 16/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 16/11/2023.

ACÓRDÃO N. 8913 - 2ª CPJ - RECURSO N. 20460 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172019510000235-8). CONSELHEIRO RELATOR: RICHARD FARIAS BECKEDORFF PINTO. EMENTA: ICMS. ST. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. ARTIGO 642 DO RICMS. INAPLICAÇÃO DO TEMA 456, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PROTOCOLO ICMS 26/2004. CONVÊNIO ICMS Nº 52/17. CONVÊNIO ICMS Nº 142/18. RAÇÕES PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS. LÂMPADAS. FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS/ST PELO CONTRIBUINTE. 1. O Tema 456 do E. STF trata-se de antecipações tributárias, não havendo pertinência com os convênios de ICMS referentes às substituições tributárias interestaduais, como é o caso do presente auto de infração. 2. Protocolo ICMS 26/2004, Convênio ICMS Nº 52/17 e Convênio ICMS Nº 142/18 preveem o recolhimento do ICMS/ST, o qual foi comprovado o não recolhimento pelo contribuinte. 3. Apesar de o Estado de Goiás ter denunciado o Convênio de protocolo de ICMS nº 26/2004, através do Decreto Estadual de nº 9.112/2017, os seus efeitos somente ocorreram a partir da data de 01/01/2018, sendo momento posterior às emissões das notas fiscais da ora Recorrente. 4. Correta a decisão singular que julgou procedente o crédito tributário quando identificada a falta de recolhimento do ICMS/ST e a falta de comprovação do contribuinte para fatos impeditivos, extintivos ou modificativos de direito. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 16/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 16/11/2023.

Protocolo: 1024744

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Contrato Nº: 157/2023

Inexigibilidade Nº 094/2023

Data: 01/12/2023

Objeto: Patrocínio Cultural na forma da Política Institucional do Banpará destinado à realização do evento denominado "42º FESTIVAL DO CARANGUEJO, que será realizado na cidade de São Caetano de Odivelas/PA, no período de 09 a 11 de dezembro de 2023, considerando o interesse do Banpará em divulgar, fortalecer, agregar, incrementar, gerar reconhecimento ou ampliar, benefícios ligados à marca deste Banco, em atitude negocial visando aumento de volume de negócios posto o reconhecimento do Banco como socialmente responsável na valorização da cultura regional, conforme aprovado pela Diretoria Colegiada.

Valor Total do Patrocínio: R\$-30.000,00 (trinta mil reais)

Fundamento: Art. 30, caput da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 9º, item 3, § 1º letras "b" e "c" do Regulamento de Licitações e Contratos do Banpará.

Data de Assinatura do Contrato: 05/12/2023

Vigência: 05/12/2023 a 04/06/2024

Contratada: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS

Endereço: Rua Floriano Peixoto s/nº, Bairro: Centro

CEP: 68775-000 - São Caetano de Odivelas/PA

Ordenador: Ruth Pimentel Mello - Diretora-Presidente

Protocolo: 1024013

Contrato Nº: 156/2023

Dispensa de Licitação Nº 028/2023

Data: 01.12.2023

Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada em serviços de engenharia para a execução de adaptações em posto de serviço provisório. Valor global máximo estimado de até: R\$-61.139,32 (sessenta e um mil, cento e trinta e nove reais e dois centavos)

Fundamento: Art. 29, XV da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos do Banpará.

Data de Assinatura: 01.12.2023

Vigência: 08.09.2023 a 05.03.2024

Contratada: SANEAR BRASIL CONSTRUÇÕES EIRELI

Endereço: Avenida Magalhães Barata, Nº 651- Edifício Belém Office, Sala 509 - Bairro: São Brás

CEP: 66060-281 Belém / Pará

Diretor Responsável: Paulo Roberto Arévalo Barros Filho - Diretor Administrativo

Ordenador Responsável: Ruth Pimentel Mélo - Diretora-Presidente

Protocolo: 1024617

TERMO ADITIVO A CONTRATO

CONTRATO Nº: 094/2017

TERMO ADITIVO Nº: 01

Objeto do Contrato: Locação comercial de 01 bem imóvel urbano, localizada na Avenida Antônio Lemos nº 1491, no Bairro Nova Brasília, município de Santa Izabel do Pará /PA

Modalidade da Contratação: Dispensa de Licitação Nº 021/2017

Data de Assinatura do Aditivo: 07.12.2023

Objeto do Aditivo: Alteração subjetiva do Contrato, em razão da alienação da propriedade do imóvel objeto do Contrato de Locação Nº 094/2017, pela empresa locadora ATTACK IMOBILIÁRIA LTDA e da aquisição da propriedade do bem imóvel pela empresa MOCÓ CONSTRUTORA LTDA e Inclusão de Cláusula de Tratamento de Dados.

Fundamento Legal do Aditivo: Lei nº 8.245/91 e às alterações trazidas pela Lei nº 12.112/09, bem como aos dispositivos da Lei nº 8.666/93.

Contratada: MOCÓ CONSTRUTORA LTDA

Endereço: Rua Gaucha, nº 250, andar 2, sala 02 Bairro: Setor Central

CEP: 77.804-020 Araguaína/TO

Diretor Responsável: Paulo Roberto Arévalo Barros Filho - Diretor Administrativo

Ordenador Responsável: Ruth Pimentel Mello - Diretora-Presidente

Protocolo: 1024620

CONTRATO Nº: 144/2012

TERMO ADITIVO Nº: 02

Objeto do Contrato: Locação comercial de 01 bem imóvel urbano, localizada na Rodovia Augusto Montenegro, Km 07, nº 981-B - Belém/PA

Modalidade da Contratação: Art. 24, inciso X da Lei Nº 8.666/93 - Dispensa de Licitação

Data de Assinatura do Aditivo: 13.12.2023

Vigência do Aditivo: 28/12/2023 a 27/12/2024

Objeto do Aditivo: Prorrogação de Vigência

Fundamento Legal do Aditivo: Art. 62, §3º, I da Lei nº 8.666/93 c/c art. 3º da Lei 8.245/1991

Valor Mensal estimado de Até: R\$-48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Contratada: JOSÉ CARLOS DE ASSIS

Endereço: Rua Dom Romualdo Coelho, nº 803 Apto cobertura Bairro: Umarizal

CEP: 66055-190 Belém/PA

Diretor Responsável: Paulo Roberto Arévalo Barros Filho - Diretor Administrativo

Ordenador Responsável: Ruth Pimentel Mélo - Diretora-Presidente

Protocolo: 1024621